

Candau, Vera Maria. (org.) (2020). *Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências*. Rio de Janeiro: Apoená, 264 pp.

Tanto as Américas quanto a África são criações da modernidade. Quer umas quer outra foram violentamente colonizadas pelos europeus, que expandiram o Capitalismo e garantiram a supremacia dos países ocidentais. Assim, a descolonização desses continentes proporciona, paulatinamente, críticas aos padrões modernos que instauraram a hegemonia eurocêntrica do saber, e ao legado do colonialismo, ocasionando, nas últimas décadas, muitos desafios às Ciências Sociais e, sobretudo, ao campo educacional de países assinalados como periféricos na geopolítica do poder global.

Neste sentido, as teorias decoloniais vêm oferecendo, a partir da inspiração na proposta de estudos subalternos asiáticos e dos princípios teórico-metodológicos do Grupo Modernidade/Colonialidade, uma mudança na retórica da modernidade - essencialmente racista e patriarcal - e a denúncia da inscrição da lógica colonial no contexto de produção do conhecimento, ou, como denominou o Grupo Modernidade/Colonialidade, um “giro decolonial”. A expansão dos estudos deste campo teórico ensejou, também, na expansão de uma pedagogia calcada na interculturalidade crítica como ferramenta epistemológica que busca novas abordagens, novas *práxis* e maneiras outras de discutir cultura, identidade, as diversas situações de opressão estabelecidas nas relações de raça e gênero, por exemplo, e do que é conhecimento merecedor ou não de participação nas escolas dos países subalternizados.

Nesta direção, *Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências*, coletânea de textos publicada em 2020 pela editora Apoená, agrupa dezenove artigos de pesquisadoras e pesquisadores dessa temática, sendo organizada e apresentada por Vera Maria Candau, professora emérita do Departamento de Educação da PUC-Rio, instituição onde atua desde 1970 e na qual permanece como coordenadora do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas (GECEC) que, desde 1996, desenvolve estudos relacionados à Educação. Dos vinte autores que contribuíram com seus textos para esta publicação, treze fazem parte do GECEC.

Os artigos da presente obra estão reunidos em três eixos. O primeiro eixo, “Pedagogias decoloniais e interculturalidade: *enfoques*”, contém quatro produções acadêmicas que buscam definir os principais conceitos operacionais que amparam a teoria decolonial. Susana Sacavino e Vera Maria Candau, em “Perspectiva decolonial e Educação intercultural: articulações”, artigo que inaugura a obra, ressaltam que a Educação não é um campo central de estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade, mas que, apesar disso, alguns membros do referido grupo, como Catherine Walsh, vêm se dedicando a fazer essa conexão. As autoras apresentam conceitos como: colonialidade, eurocentrismo, diferença colonial, giro decolonial e interculturalidade.

A partir da definição desses conceitos, essencial para aqueles que não são familiarizados com a epistemologia pós-colonial, elas estabelecem interrelações com a Pedagogia e a Educação, lembrando, inclusive, que o conceito de *interculturalidade* está presente, objetivamente, nos documentos e, subjetivamente, nas leis que regem a educação brasileira, como a BNCC e a Lei n. 10.639/03, daí a importância de discuti-lo.

Neste contexto, uma das advertências apresentadas pelas autoras diz respeito ao fazer prático e à acessibilidade que deve ter a teoria, não devendo a academia elitizá-la. Dentre os desafios de uma educação intercultural crítica e, portanto, decolonial, está a identificação de processos coloniais ainda instaurados em práticas docentes, livros didáticos e formação de professores, bem como a condenação do universalismo e o sobrepujamento do dualismo, processos que contribuem para a manutenção da colonialidade e impedem a valorização de outros saberes e culturas para além do padrão ocidental moderno, assim como o respeito à diversidade e às diferentes subjetividades.

Para aqueles que concebem a Educação como processo emancipatório, é incontornável associar Paulo Freire aos estudos decoloniais, sendo, assim, previsível e indispensável um texto dedicado ao patrono da educação brasileira nesta e em qualquer outra coletânea. Nesta coletânea, isso foi feito por Ivanilde Apoluceno de Oliveira, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da mesma instituição, em seu estudo inserido no livro ora analisado, “Resistências decoloniais: o ser e o viver em Enrique Dussel e Paulo Freire”. Para a articulista, ambos pensadores, cada qual a sua maneira, assumem como necessidade política e ética identificar “a razão do outro” no campo educacional e a sua decolonização para “que superem a educação tradicional de base colonial” (p. 30).

Não é possível pensar em uma sociedade democrática sem pensar em práticas pedagógicas interculturais, de acordo com Susana Sacavino, autora do terceiro capítulo da coletânea, intitulado de “Interculturalidade e práticas pedagógicas: construindo caminhos”. Uma maneira de construir caminhos, como apresenta a autora, é a criação de um abecedário de educação e interculturalidade como expediente pedagógico e “uma forma colaborativa de produção e compartilhamento de conhecimentos” (p. 39). Esse recurso didático tem como concepção as diversas entrevistas feitas por Claire Parnet entre 1988 e 1989 a Gilles Deleuze, originando o documentário “O abecedário de Gilles Deleuze”, que é dividido em vinte e cinco verbetes, cada um iniciado por uma letra do alfabeto. Os conceitos apresentados em seu abecedário pensando em “sua incidência nas práticas pedagógicas” (p. 40), são: branquitude, colonialidade, descolonização e decolonialidade e empoderamento.

É relevante apontarmos que apreciamos ver no texto de Sacavino a teoria sendo um exemplo de prática intercultural e crítica, pois ao utilizar “O abecedário de Gilles

Deleuze”, de origem europeia, e readequá-lo às necessidades e contexto brasileiro, demonstra aos críticos da epistemologia decolonial o quão frívolo é o argumento de que a teoria decolonial tem como objetivo contrapor-se levemente ao conhecimento humano produzido ao longo da história, sobretudo o conhecimento produzido na Europa, ou até mesmo o desejo de aniquilá-lo. Não pretendem as tendências decoloniais, como alguns julgam, substituir teorias por outra, o que configuraria como deslocamento da hegemonia atual para outro paradigma e manteria a visão polarizada e dicotomizada já existente (hegemônica *versus* contra-hegemônica), pelo contrário, trabalham na construção de uma perspectiva que seja anti-hegemônica.

Compreendermos a lei como produção cultural resultante de conflitos e conciliações de interesses e tensões diversas, assim como sua interpretação e aplicação não são descabidas, como se posicionam Luiz Fernandes de Oliveira e Monica Regina Ferreira Lins no quarto capítulo do livro, “Pedagogia decolonial e didática antirracista”. Para os autores, as leis permitem investigações consideráveis da realidade educacional em uma determinada sociedade e em um certo período histórico. Foi, aliás, a determinação legal do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, indígena por meio da Lei 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, da inclusão do art. 26ª na LDBEN e dos pareceres 01/2004 e 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu-se e regulamentou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e tem-se o início de todo um campo de pesquisas sobre as possibilidades teóricas e práticas, o que norteia este capítulo da obra ora resenhada.

Os autores ressaltam, ainda, que o novo quadro jurídico põe em xeque as referências tradicionais no campo da Didática, que, por longo período, privilegiou uma prática e uma didática docentes voltadas à conquista de metas, “tornando-se uma atividade meramente instrumental” (p. 50). Já no campo da formação de professores, vislumbram que “as novas legislações sobre educação antirracista estão possibilitando uma experiência nova de julgamento da formação anterior, num outro patamar epistemológico” (p. 59).

Por fim, os autores encerram o capítulo alertando que há muitas dificuldades e estratégias capazes de manipular e enganar para a perpetuação de uma didática e formação tecnicista, eurocentrada, subalternizadora e, portanto, destoante de uma pedagogia decolonial, mas o estar sempre alerta evitará que educadores sejam transplantados e dupliquem “uma prática bancária sob a máscara do antirracismo técnico em sala de aula” (p. 62).

Já o segundo eixo da coletânea, “Pedagogias decoloniais e interculturalidade: pesquisas”, também é composto por quatro artigos dedicados a produções acadêmicas que buscam apresentar a diversidade investigativa concernente à temática pedagogia decolonial. O quinto capítulo, “O quilombo vai à universidade: trajetórias insurgentes, estratégias subversivas e mediadores políticos”, escrito pela professora e pesquisadora

Ediléia Carvalho, dá aos leitores uma boa dimensão da variedade e qualidade dos textos que compõem esse eixo.

O texto tem a importante função de traçar a história do quilombo Santa Rita do Bracuí, situado em Angra dos Reis (RJ), desde o Período Imperial, em que no território estava instalada uma fazenda servida de escravos, até à conquista definitiva da terra, em 1988, e a constante luta das 129 famílias que lá residem por reconhecimento à sua identidade quilombola. Este último fator, no presente, formou quatro jovens “mediadores políticos” (p. 71), por meio do acesso à Educação Superior no curso de Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A trajetória universitária desses jovens líderes, que ganha centralidade no estudo, de acordo com a articulista, “impactou ainda mais a luta por políticas públicas diferenciadas dentro da comunidade” (p. 83), e “que as trajetórias insurgentes dessas lideranças dentro deste espaço revelam estratégias de re-inscrições epistêmicas, cuja organização de ações políticas foram e são fundamentadas identitariamente” (p. 83).

Os demais capítulos deste segundo eixo são “A universidade e o giro decolonial na perspectiva estudantil: entre o dito e o vivido”, da integrante do GECEC e formadora de professores em serviço Cléa Maria da S. Ferreira; “Formação de professores/as de educação física: dialogando com os estudos decoloniais”, de Rita de Cássia de Oliveira e Silva, também integrante do GECEC e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e “Educação de crianças de terreiro: descolonizar a educação”, escrito em parceria entre a professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro, Isadora Souza, e do professor da educação básica João Victor Ferreira. Como se pode notar pelos títulos, versam sobre questões ainda não muito abordadas na academia, mas que são de suma valia aos estudos decoloniais e interculturais.

O terceiro e último eixo, denominado “Pedagogias decoloniais e interculturalidade: *fazer-saberes*”, é o mais longo dos três: tem onze capítulos que tratam, a partir de diversas perspectivas, o fomento de saberes-fazeres insurgentes em locais e disciplinas não convencionais, demonstrando, assim, a amplitude da pedagogia decolonial, tal como as sociedades brasileiras, e as possibilidades da interculturalidade na educação, em especial na educação básica. Deste eixo, gostaríamos de destacar dois capítulos. O primeiro é “Estudo de campo na escola: possibilidades para práticas pedagógicas de inspiração decolonial”, de Daniela Frida Drelich Valentim, doutora, pesquisadora e professora da PUC/RJ e de Ana Paula Batalha Ramos que, além doutora e integrante de grupos de pesquisas, é diretora escolar da educação básica.

A partir do referencial teórico composto por estudiosos decoloniais e da questão norteadora “Qual a função social da escola?”, as autoras vão a campo verificar e analisar práticas pedagógicas que contenham marcas da colonialidade, numa escola particular do Rio de Janeiro. Se uma das inquietações dos leitores após a leitura dos capítulos anteriores estiver atrelada à constatação de que, apesar do quadro jurídico

educacional, o Estado não promove de fato políticas públicas educacionais interculturais, Valentim e Ramos (p. 152) defendem que “mesmo que os currículos, os materiais didáticos e os processos de formação docente sejam fortemente marcados pela colonialidade do poder, impondo a colonialidade do saber, é possível subverter essa lógica com a educação intercultural”.

Para elas, não se trata de uma “aposta ingênua” (p. 153), uma vez que o trabalho de denúncia da colonialidade disponibiliza e estimula a transposição dos caminhos até hoje percorridos e a busca por processos de decolonização, inclusive em espaços de escolarização de crianças e jovens pertencentes à classe com maior poder aquisitivo. Por isso, trazer uma pesquisa em que a seleção de uma escola particular oferece uma prática pedagógica intercultural foi essencial. Ao fazerem esse movimento inverso na escolha do lócus, as pesquisadoras demonstram que não se deve pensar e aplicar as pedagogias decoloniais e interculturais apenas para e nas escolas públicas, que concentram maior número de alunos da classe dominada, pois os problemas sociais não seriam resolvidos com o simples deslocamento do poder. Sendo, de acordo com as autoras, “a função social da escola (...) de emancipação dos sujeitos” (p. 160), e de “reconhecimento mútuo entre o ‘nós’ e ‘os outros’” cabe à escola, tanto aquela destinada a “nós” quanto à destinada aos “outros”, “a desnaturalização das relações de opressão e invisibilização” (p. 160).

Outro capítulo que destacamos deste terceiro eixo da obra ora resenhada é o “Navegar é preciso: decolonização de saberes no MAR”, da mestranda em Educação e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GE-PEMCI), da PUC/RJ, Natália Pinto Rebouças. Neste capítulo, o objetivo é “mapear um possível giro decolonial empreendido por este museu [Museu de Arte do Rio – MAR], que talvez esteja encontrando brechas de insurgências em uma cidade global” (p. 221), uma vez que, conforme Rebouças (p. 221), o Museu é “um espaço de educação em si mesmo que (...) possui um potencial para decolonizar saberes através do que expõe e como expõe”.

Em um primeiro momento, a autora descreve as três exposições para, em seguida, fazer o “enlace” (p. 225) entre elas e a teoria decolonial. As três exposições, com obras de épocas diferentes, são: “O abrigo e o terreno: arte e sociedade no Brasil”, de 2013, “O Rio do samba”, de 2018, e “O Rio dos navegantes”, de 2019. Nestas exposições, para a pesquisadora, os fatores que merecem destaque são “a valorização de saberes e de identidades de povos historicamente subalternizados” (p. 226) e “o fazer coletivo nas ações de curadoria do MAR, que representa uma construção alternativa dentro da lógica individualista moderna” (p. 226).

É nítido que durante a produção dos mais de quinhentos anos de história nacional, foi naturalizada a sedimentação e permanência do parâmetro europeu como norma incontestável de quem é o brasileiro e a ideia de nação que faz parte da identidade

brasileira. Assim, retratar, analisar e divulgar um outro olhar sobre as histórias, culturas e suas representações artísticas contribui no fazer pedagógico e na aprendizagem do alunado. Na concepção de Rebouças (2020), o MAR equipara-se ao território comunitário, visto que se integra à comunidade e oportuniza um protagonismo à população com suas exposições.

Entende-se que este capítulo faz parte de uma literatura em emergência que destaca a Museologia como espaço a ser decolonizado para ser veículo de decolonização mediante a curadoria que privilegia projetos artísticos dedicados ou preocupados em retificar os modos de simbolização da nação. Torna-se, assim, para a pesquisadora, um espaço de memória, reconhecimento, pertencimento e propício à (re)construção do conhecimento.

Seguindo adiante na coletânea, os outros nove capítulos deste último eixo são: “O ensino da educação física na escola em uma perspectiva intercultural: um diálogo com as diferenças culturais”, de Ana Paula da Silva Santos, diretora de escola da Educação Básica; “Oficina de mulheres negras e literatura: a prática (transgressora) do amor”, de Caroline da Matta Cunha Pérez, professora do tradicional Colégio Pedro II, mestre em Educação; “Campeonatos de futebol na escola e pedagogia decolonial”, de Felipe Guaraciaba Formoso, mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de Educação Física em escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro; “‘Esse samba deu aula’: práticas pedagógicas decoloniais motivadas pelo enredo da Escola de Samba Mangueira – 2019”, de Erica Pereira dos Santos Nascimento, mestre em Educação pela PUC/RJ; “Refletir, produzir e divulgar conhecimentos ‘outros’: a experiência insurgente da Mangueira no carnaval de 2019”, mais um capítulo escrito pela dupla Daniela Frida Valentim e Ana Paula Batalha Ramos; “Narrativas e memórias outras no ensino de História”, de Helena Maria Marques Araújo, mestre e doutora em História, com Pós-doutorado em Educação e professora associada de História no Departamento de História da UERJ; “Por uma didática intercultural: trabalhando com brechas decoloniais”, de Rita de Cássia de Oliveira e Silva, com mestrado e doutorado em Educação e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; “Notas sobre artes visuais, educação e interculturalidade”, de Wilson Cardoso Junior, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e, finalmente, “Conversas docentes: a construção de um pensar militante na educação municipal de Magé/RJ”, de Daise dos Santos Pereira, com mestrado profissional e que, dentre as várias frentes de atuação, é professora do ensino fundamental. Cabe ressaltar que todos os autores deste eixo são membros do GECEC, o que demonstra a alta produção deste grupo de pesquisa e de seus integrantes.

São capítulos, como já referenciado, com a temática da prática pedagógica, e, como se pode notar pela exposição dos títulos, alguns objetos se repetem em textos de diferentes autores, como o samba-enredo da Mangueira no Carnaval de 2019 e a

Educação Física como disciplina oportuna para a interculturalidade e a decolonialidade discente, por exemplo.

Há, também, alguns problemas de revisão gramatical e de ausência de algumas obras que são citadas e não estão referenciadas. Contudo, a seleção e disposição dos textos motivam o entendimento e avanço paulatino e cuidadoso dos profusos prismas da educação brasileira e como ela pode acontecer em distintos locais. Tanto este terceiro eixo como os outros dois anteriores, disponibilizam meios para formação de educadores e de práticas pedagógicas críticas e democráticas, de maneira que, muito mais do que o conteúdo a ser lecionado conforme determinam os currículos oficiais, haja a desconstrução da matriz colonial por meio do enaltecimento de feitos subjetivos que se formulam na laboração didática, abrangendo as inquietações que se inserem entre os encadeamentos do saber e do poder que se propagam no panorama escolar e na prática educativa. Nesse sentido, é urgente o desenrolar de pedagogias que acolham todas as pessoas, sem diferenciações ou moderações, o que gerará, de fato, a inclusão educacional, social, cultural e econômica.

Neste contexto, o breve deambular por certos capítulos, o que, propositalmente, não esmiuça todos os aspectos debatidos em cada colaboração, compreende-se ser satisfatório para denotar a conversa entre os autores, a unidade do livro em si e, portanto, notabilizar a relevância do livro organizado pela experiente pesquisadora e professora Vera Maria Candau, que torna-se uma referência bibliográfica àqueles que se dedicam à temática das práticas pedagógicas, tanto por sua qualidade da pesquisa acadêmica dos autores e textos selecionados, quanto por sua participação na constituição concreta na história dos estudos decoloniais no Brasil.

É, portanto, uma obra necessária, que convida à construção de uma nova forma do fazer docente, pautada numa educação de intercâmbio e enriquecimento recíprocos entre culturas diversas que compõem a cultura brasileira e que, à luz da epistemologia decolonial e da prática intercultural, vislumbram possibilidades de superação do eurocentrismo e da colonialidade.

Aline Belle Legramandi

Doutoranda e Mestra em Educação.

Universidade Nove de Julho – São Paulo/Brasil

profalinebelle@hotmail.com

ORCID: orcid.org/0000-0002-3759-4151

Manuel Tavares

Doutor em Filosofia. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho – São Paulo/Brasil

manuel.tavares@outlook.com.br

ORCID: orcid.org/0000-0003-2463-7383